

1 **ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE**
 2 **HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL DE MS/CONGFEHIS-MS, REALIZADA NO DIA 16**
 3 **DE OUTUBRO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DA AGEHAB-MS EM CAMPO**
 4 **GRANDE-MS.**

5 Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, reuniram-se na sala re
 6 reuniões da AGEHAB-MS, em Campo Grande/MS, os membros do Conselho Gestor do
 7 Fundo de Habitação de Interesse Social - **CONGFEHIS/MS**. Senhora **Presidente Maria do**
 8 **Carmo Avesani Lopez** – Diretor Presidente da Agência de Habitação Popular de
 9 MS/AGEHAB-MS em exercício; **Maria Teresa Rojas Soto Palermo** - Agência de Habitação
 10 Popular de MS/AGEHAB-MS; **Leonardo Toste Palma** – Secretária de Estado de Meio
 11 Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar; **Diana Gauna** –
 12 Secretária de Estado de Fazenda; **Gisela Luzia Fernandes** – Secretária de Estado de
 13 Infraestrutura; **Edson Ageo Maidana, Valdo Pereira de Souza e Elza Alves de Matos** -
 14 Federação das Associações de Mato Grosso do Sul/FAMEMS; **Edymar Fernandes Cintra e**
 15 **Sânia da Silva Gomes** – Sociedade de Apoio a Moradia/Movimento Nacional de Luta pela
 16 Moradia/SAM/MNLM; **Kely de Paula de Oliveira** – Sindicato Intermunicipal da Indústria da
 17 Construção do Estado de Mato Grosso do Sul/SINDUSCOM-MS; **César Magalhães de**
 18 **Souza e Tânia Maria de Souza Marques** – Secretária Executiva do Conselho; A 57ª Reunião
 19 Ordinária do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social de
 20 MS/CONGFEHIS-MS teve como pauta: **Abertura; Aprovação de Ata: 57ª Reunião**
 21 **Ordinária; Apresentação da Arrecadação FEHIS/MORAR LEGAL e TAXAS de Despesas**
 22 **agosto e setembro de 2019; Proposta para contratação de Entidades Sem Fins**
 23 **Lucrativos para conscientização dos beneficiários sobre pagamento das prestações e**
 24 **regularização dos imóveis; Definição de Pauta para próxima Reunião; Encerramento.** A
 25 **Senhora Maria do Carmo** cumprimentou a todos, fez a abertura da Reunião às 14 horas e
 26 passou para os **Informes**: não havendo nenhum comunicado passou para **Aprovação da Ata**
 27 **57ª Reunião Ordinária**: A Ata foi encaminhada para análise e revisão a todos os
 28 Conselheiros, via e-mail. Não houve nenhuma correção, contestação ou sugestão. **Os**
 29 **Conselheiros que assinaram a lista de presença, aprovaram a referida Ata.** Em seguida a
 30 **Senhora Maria do Carmo** apresentou a arrecadação do FEHIS/MS de **janeiro a**
 31 **setembro/2019**, conforme abaixo:

32 **Arrecadação FEHIS/2019**

MESES	ARRECADAÇÃO - FEHIS - 838-0			ARRECADAÇÃO FEHIS/MORAR LEGAL - 1126-8		
	VALOR	%		VALOR	%	
JANEIRO/2019	R\$ 269.519,98		R\$ 3.670,71	R\$ 299.324,42		R\$ 2.633,04
FEVEREIRO/2019	R\$ 292.124,45	8,386937%	R\$ 3.601,11	R\$ 324.103,89	8,278466%	R\$ 2.470,57
MARÇO/2019	R\$ 273.005,74	-6,544714%	R\$ 3.410,29	R\$ 337.609,68	4,167118%	R\$ 2.353,55

MESES	ARRECAÇÃO - FEHIS - 838-0			ARRECAÇÃO FEHIS/MORAR LEGAL - 1126-8		
	VALOR	%		VALOR	%	
ABRIL/2019	R\$ 279.354,71	2,325581%	R\$ 3.305,47	R\$ 556.427,21	64,813761%	R\$ 3.042,63
MAIO/2019	R\$ 269.086,30	-3,675760%	R\$ 3.601,22	R\$ 501.011,85	-9,959139%	R\$ 3.715,57
JUNHO/2019	R\$ 245.185,68	-8,882139%	R\$ 3.324,76	R\$ 382.611,33	-23,632279%	R\$ 3.589,96
JULHO/2019	R\$ 303.147,49	23,639965%	R\$ 3.839,95	R\$ 455.373,48	19,017249%	R\$ 4.813,67
AGOSTO/2019	R\$ 286.860,14	-5,372748%	R\$ 1.897,88	R\$ 521.735,78	14,573159%	R\$ 2.820,86
SETEMBRO/2019	R\$ 271.674,49	-5,293747%	R\$ 1.284,21	R\$ 466.216,00	-10,641360%	R\$ 1.922,34
TOTAL:	R\$ 2.489.958,98		R\$ 27.935,60	R\$ 3.844.413,64		R\$ 27.362,19

MESES	ARRECAÇÃO - 853-4 - TAXAS		
	VALOR	%	
JANEIRO/2019	R\$ 20.784,68		R\$ 319,66
FEVEREIRO/2019	R\$ 20.128,47	-3,157181%	R\$ 177,66
MARÇO/2019	R\$ 20.425,98	1,478056%	R\$ 179,88
ABRIL/2019	R\$ 21.409,84	4,816709%	R\$ 211,78
MAIO/2019	R\$ 20.868,75	-2,527296%	R\$ 235,55
JUNHO/2019	R\$ 18.139,99	-13,075819%	R\$ 212,75
JULHO/2019	R\$ 23.982,30	32,206798%	R\$ 271,14
AGOSTO/2019	R\$ 21.450,75	-10,555910%	R\$ 169,31
SETEMBRO/2019	R\$ 20.462,66	-4,606319%	R\$ 126,77
TOTAL:	R\$ 187.653,42		R\$ 1.904,50

33

34 Prossequindo, foi passado a palavra a **Senhora Maria Tereza**, que cumprimentou a todos e
35 deu início a exposição da “**Minuta de Termo de Referência**”, para realização de parceria com
36 Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos, para promover a redução de inadimplência
37 dos contratos da AGEHAB/MS. A **Senhora Maria Tereza** explica que a AGEHAB/MS tem
38 como atribuição “a comercialização, a concessão de financiamento e o refinanciamento, de
39 forma subsidiada, de unidades habitacionais e de lotes de interesse social”. Ainda, constitui-
40 se como receita “a remuneração pela venda de unidades habitacionais, lotes sociais e a
41 prestação de serviço de sua competência” conforme o contido na lei de criação da
42 AGEHAB/MS, Lei 2.575 de 19 de dezembro de 2002, alterada pela Lei 4.888 de 20 de julho
43 de 2016. A remuneração pela venda de unidades habitacionais e/ ou lotes sociais é fixada em
44 parâmetros que condizem com a condição social das famílias beneficiárias dos Programas da
45 AGEHAB/MS não ultrapassando 10% do salário mínimo. A **Senhora Maria do Carmo** fala
46 que seria mais, pois nas renegociações os valores têm ultrapassado os 10% do salário
47 mínimo. Foi acatado e retirado da minuta. A **Senhora Maria Tereza** cita então, que substituirá
48 pela seguinte redação: *será fixado em parâmetros que condizem com a condição social das*
49 *famílias*. Expõe que o recurso arrecadado com essa remuneração, é destinado ao **Fundo de**
50 **Habitação de Interesse Social** e, revertida para atendimento de outras famílias que
51 necessitam de moradia. Desta forma, o presente documento tem por objetivo conscientizar as

52 famílias que já foram beneficiadas com o Programa Habitacional, a fazerem o retorno do
53 investimento e contribuírem com o atendimento de outras famílias. Em seguida fala da
54 justificativa, que o Fundo de Habitação de Interesse Social - FEHIS foi criado pela Lei 3.482
55 de 20 de dezembro de 2007, tendo como uma de suas receitas o retorno do investimento
56 social, que é realizado pelos beneficiários dos programas habitacionais da AGEHAB/MS. É
57 gerido por um Conselho Gestor, com participação de entidades da sociedade civil, que se
58 reúne regularmente, analisa e aprova todas as despesas à serem realizadas com o recurso
59 do Fundo. No ano de 2014 a arrecadação do FEHIS ficava em torno de **R\$ 2.000.000,00**.
60 Encontravam-se nos arquivos da AGEHAB/MS em torno de **13.116 contratos** de unidades
61 habitacionais, que não foram levados aos beneficiários para serem assinados e, contratos
62 assinados que não foram dados início à cobrança do investimento social. Havia **somente**
63 **5.105 contratos ativos** e o número de **adimplentes era de 950**. Portanto, **a inadimplência**
64 **em torno de 81%**. Mostrava-se urgente a necessidade de regularizar essa relação entre a
65 AGEHAB/MS e os beneficiários da casa própria, para que outras famílias pudessem ser
66 atendidas pelo Programa Habitacional. Diante dessa situação, estruturou-se uma força tarefa
67 que envolvia um contato direto da Agência com os beneficiários através dos funcionários e, a
68 criação de alguns instrumentos legais, que auxiliassem no combate à inadimplência. Foi
69 necessário construir parceria com os municípios, para a realização das reuniões com os
70 beneficiários. Foi elaborada a **Lei n. 4.715/2015**, que permitiu o pagamento das parcelas
71 atrasadas com descontos e/ou quitação do imóvel. Posteriormente foi elaborada a **Lei n.**
72 **4.857/2016**, permitindo a transferência da titularidade dos contratos. Para aplicação dessa
73 Lei, foi construída parceria com a Defensoria Pública que dava legitimidade a ocupação
74 através de documentos, depoimentos e outros instrumentos para os moradores que não eram
75 os contratantes com a AGEHAB/MS. O resultado foi muito positivo. A arrecadação passou de
76 **R\$ 1.988.702,92 para R\$ 4.724.270,48 em 4 anos**, sendo que **4.122 beneficiários** entraram
77 no Programa de recuperação de crédito e **2.123 beneficiários** conseguiram regularizar o
78 contrato em seu nome. A evolução dos contratos ativos, em 4 anos, **passou de 5.105 para**
79 **13.170**. O número de **adimplentes passou de 950 para 3.969**. No entanto, fica claro na
80 análise destas informações, que a inadimplência persiste com índices elevados. Atualmente
81 está em torno de 70%, apesar de todos os esforços acima descritos. Para a realização do
82 objetivo de conscientizar as famílias, que já foram beneficiadas com o Programa Habitacional
83 do Estado, a fazerem o retorno do investimento e, contribuírem com o atendimento de outras
84 famílias, é necessário realizar um trabalho social junto aos moradores de cada conjunto, para
85 informá-los adequadamente da finalidade e, da necessidade do pagamento das prestações.
86 Este trabalho permitirá também, tomar conhecimento das demais necessidades dos
87 moradores dos conjuntos e, bem como, realizar avaliação das famílias que não possuem

88 condições absolutas de arcar com as prestações. A **Senhora Maria do Carmo** pede que não
89 seja colocado que será feita avaliação das famílias para arcar com as prestações. A **Senhora**
90 **Maria Tereza** continua com a leitura e diz que, com estas informações, será possível traçar
91 novas estratégias que atendam adequadamente os beneficiários do programa habitacional.
92 Considerou que as Entidades da Sociedade Civil se identificam com o público beneficiário da
93 Agência e, conseguem ter uma penetração maior no diálogo com as famílias e, com este
94 trabalho, poderemos conseguir melhores resultados. A **Senhora Maria do Carmo** reforça que
95 sempre deve estar claro, que as entidades que irão realizar esse trabalho, são entidades sem
96 fins lucrativos e, que tenham histórico de atendimento à famílias, com programas
97 habitacionais. A **Senhora Maria Tereza** explica que o objetivo é a realização de Termo de
98 Fomento com Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos para promover visita social e
99 realização de reunião nos conjuntos habitacionais, administrados pela AGEHAB/MS, nos
100 municípios de MS. Que o objetivo geral seria a realização de reuniões de conscientização das
101 famílias beneficiárias dos programas habitacionais da AGEHAB/MS, para esclarecer da
102 importância do pagamento das prestações da casa própria e, esclarecimento dos planos da
103 AGEHAB para regularizar contratos. Já os objetivos específicos seria realizar trabalho social
104 que seja informativo, de esclarecimento e, conscientização das famílias ocupantes nas
105 unidades dos conjuntos habitacionais e, identificar e coletar documentos pessoais pertencente
106 a famílias que se encontrem em situação precária, que não consigam arcar com as
107 prestações. A **Senhora Maria do Carmo** entende que qualquer relatório que seja feito, deva
108 ser elaborado e entregue a AGEHAB, mas não deve ser mencionado no Termo de
109 Referência. A **Conselheira Edymar Fernandes** comenta que no objetivo específico deve ficar
110 mais claro, onde o propósito é a regularizar e aumentar a contribuição com o pagamento das
111 prestações. A **Senhora Maria do Carmo** comenta da dificuldade para encontrar alguns
112 endereços, pois, no contrato está identificado com quadra e lote, e, em vários conjuntos
113 habitacionais, já foram criados nomes de ruas e dado número as residências. Esclarece ainda
114 que o intuito seria um trabalho de conscientização, e, pensa que seria viável incluir a
115 checagem dos endereços, mesmo que exija maior tempo e trabalho. Pensa também que seria
116 melhor fazer um trabalho de porta em porta, pois somente uma reunião nos conjuntos não
117 surtiria o efeito desejado. A **Conselheira Gisela Fernandes** questiona se não seria possível
118 atualizar os endereços usando o ArcGIS. Sendo questionada o que seria o ArcGIS, explica
119 que é um sistema de informações geográficas para trabalhar com mapas e informações
120 geográficas. A **Senhora Maria do Carmo** questiona como seria possível saber o nome da rua
121 e número da casa através desse sistema. O ArcGIS não conseguiria trazer essas informações
122 para atualização cadastral. Comenta que encaminhou ofício aos prefeitos, solicitando que
123 fossem regularizados os nomes de ruas, e posteriormente informassem aos Correios as

124 informações atualizadas dos conjuntos habitacionais. Algumas prefeituras acataram o pedido,
125 outras não se propuseram a fazer, mesmo existindo uma regulamentação, que obriga as
126 prefeituras a formalizarem os conjuntos habitacionais para que os Correios possam fazer a
127 entrega das correspondências. A **Senhora Maria Tereza** indaga se será visitado todas as
128 residências, pois alguns conjuntos habitacionais são grandes e, demandaria muito tempo para
129 fazer essas visitas. O **Conselheiro Valdo Pereira** comenta que as vezes há muita dificuldade
130 em achar o morador durante o dia. A **Senhora Maria do Carmo** fala em deixar estabelecido
131 um número máximo de visita para casa residência caso o morador não seja encontrado. A
132 **Conselheira Gisela Fernandes** pergunta se não seria possível fazer um projeto piloto. A
133 **Senhora Maria do Carmo** responde que seria possível fazer uma simulação antes do projeto
134 se iniciar, mas que não seria possível remunerar. Em seguida questiona a Servidora Adenice,
135 que faz o trabalho social da AGEHAB e sempre tem feito visitas nas unidades habitacionais,
136 quantas casas seria possível visitar. A **Servidora Adenice** responde que depende do trabalho
137 que será realizado, e dentro do que o Termo de Referência está propondo, poderia ser
138 possível visitar de 20 a 25 casas durante uma manhã. Explica que o trabalho tem que ser
139 simples e objetivo, não podendo perder o foco da pesquisa. A **Senhora Maria do Carmo**
140 expressa que, em casos de pessoas inadimplentes, o atendimento poderia demorar, e propõe
141 que para esses e outros casos especiais, seja feito num primeiro momento, a entrevista
142 básica e, constatando irregularidades ou outros assuntos que demande maior trabalho, seja
143 feito um segundo atendimento em outro momento. A **Servidora Tânia Marques** comenta que
144 poderia ser atendido 2 ou 3 vizinhos ao mesmo tempo, para acelerar o processo. A **Servidora**
145 **Adenice** reforça que por ser um trabalho de orientação, o tempo para cada visita é curto. Mas
146 se precisar preencher cadastro será necessário mais tempo, sendo visitado menos
147 residências. A **Senhora Maria do Carmo** explica que o objetivo é conscientizar que a família
148 está inadimplente com a AGEHAB e, orientá-la a se regularizar. Dando prosseguimento a
149 leitura do Termo de Referência, a **Senhora Maria Tereza** passa para a Metodologia do
150 trabalho que é constituída por uma estratégia de ação que envolva de forma direta e integrada
151 os diversos atores (moradores, prefeitura e AGEHAB/MS) de forma a assegurar a discussão
152 de como será a condução e execução do referido objeto. Questionando de quem será o papel
153 de mobilizar as famílias para as reuniões. A **Conselheira Edymar Fernandes** pensa que
154 esse papel deve ser da AGEHAB e das Entidades, pois por experiência, já testemunhou
155 convocações da Prefeitura Municipal para regularização e, não tiveram a quantidade de
156 adesão desejada. A **Senhora Maria Tereza** dá seguimento explicando como serão as
157 atividades. Onde a AGEHAB/MS irá apresentar a responsável pelas reuniões nos conjuntos
158 habitacionais e nos municípios. Indaga que não teria como a AGEHAB ir a todos os conjuntos
159 habitacionais fazer a apresentação das Entidades. A **Conselheira Edymar Fernandes** fala

160 que seria conveniente algum servidor da AGEHAB e até representante do Conselho ir
161 apresentar a Entidade. Mas que seria necessário fazer uma reunião para nivelar o
162 planejamento de atendimento, entre as Entidades ganhadoras e a AGEHAB. A **Conselheira**
163 **Diana Gauna** diz eu seria interessante a ajuda da Prefeitura Municipal, colocando uma
164 assistente social para fazer a apresentação das Entidades, para que a prefeitura se sinta
165 incluída no projeto. A **Senhora Maria Tereza** prossegue com a leitura dizendo. A Entidade
166 será responsável pela mobilização e realizará 01 (uma) reunião com os moradores de cada
167 conjunto habitacional em cada município nas áreas de intervenção, para informação,
168 esclarecimento, conscientização e envolvimento da população moradora. A Entidade
169 distribuirá folheto com todas as informações e esclarecimentos necessários para os
170 moradores dos conjuntos habitacionais da área de intervenção. E a Entidade parceira será
171 responsável em viabilizar local e convocação da reunião. A Senhora Maria do Carmo indaga a
172 de quem irá fazer a ponte entre a Entidade e as famílias. A **Senhora Maria do Carmo** pensa
173 que é melhor não colocar no Termo de Referência nenhuma obrigação por parte da
174 Prefeitura, pois é um contrato de trabalho entre AGEHAB e Entidades. O **Conselheiro**
175 **Edson Maidana** pergunta se será feito um cadastramento, quando for constatado que o
176 atual morador não é quem de fato assinou o contrato. A **Senhora Maria do Carmo** responde
177 que nesses casos serão realizadas anotações da ocorrência, para posteriormente ser tomado
178 as medidas legais. Seguindo, a **Senhora Maria Tereza** fala que será feito relatório fotográfico
179 da reunião com os moradores dos conjuntos habitacionais, da área de intervenção, relatório
180 de atualização de endereços e, situação das titularidades nas residências. Já o prazo de
181 execução dos serviços estava previsto para 90 dias por região, porém com as mudanças
182 propostas na reunião, terá que ser feito o cálculo para atender a demanda. Continuando,
183 explica que no preço total proposto pela AGEHAB/MS, obrigatoriamente, deverão estar
184 incluídas todas e quaisquer despesas para o cumprimento do objeto, inclusive, todos os
185 custos de hospedagem, deslocamento e alimentação. A **Senhora Maria do Carmo** reforça
186 que seria melhor fazer um teste em algum bairro de Campo Grande, pois com essa prática iria
187 auxiliar a estruturar e, elaborar com mais clareza e objetividade o Termo de Referência. A
188 **Senhora Maria Tereza** segue e fala que os serviços nos municípios serão divididos por
189 região, que contará com um grupo de municípios, de forma a agilizar os trabalhos e cumprir o
190 cronograma estabelecido. Já o pagamento será feito mensalmente em três vezes iguais.
191 Sendo o primeiro no ato da assinatura do Termo de Fomento e, o último após a conclusão do
192 objeto. Em seguida foi demonstrado uma tabela com a relação de conjuntos habitacionais e o
193 número de inadimplência, e ainda, uma planilha de custos de diárias e combustível, que o
194 Conselho das Cidades havia feito na época das conferências. A **Senhora Maria do Carmo**
195 comenta que R\$ 85,00 de diária é muito pouco, pois daria apenas para comer ou dormir,

196 pedindo que deve ser feito esse cálculo. A **Senhora Maria Tereza** fala que irá fazer um
197 levantamento de preço e que incluirá no Termo de Referência. A **Senhora Maria do Carmo**
198 fala que o pagamento não será feito por diária, e sim, ao entregarem o relatório final das
199 visitas. Porém, será preciso detalhar como se deu o valor final, e nesse detalhamento está
200 discriminado valores como as diárias, alimentação, dentre outros, pois cada entidade irá
201 estabelecer quantas pessoas irão fazer as visitas, em qual hotel irão dormir, onde irão comer.
202 Apenas será preciso cumprir o prazo de entrega do relatório. A **Senhora Maria Tereza** diz
203 que fará as mudanças necessárias e fará uma nova apresentação do Termo de Referência
204 para aprovação. A **Conselheira Edymar Fernandes** se coloca à disposição para ajudar a
205 finalizar o Termo de Referência e, convoca os demais Conselheiros que estejam interessados
206 em colaborar. A **Conselheira Gisela Fernandes** pergunta se será visitado todo o conjunto. A
207 **Conselheira Edymar Fernandes** sugere que seja feito apenas uma amostragem, fazendo a
208 visita para um número determinado de casas. Foi solicitado a presença da Servidora
209 Adenice/Serviço Social, pela Senhora Maria do Carmo, a fim de informar a média de
210 residências é possível visitar em um dia. A **Servidora Adenice** respondeu que na semana
211 anterior, uma equipe da AGEHAB foi até o conjunto habitacional Ramez Tebet e visitaram 349
212 casas, para orientação das famílias. Enfatiza que o trabalho deve ter foco, ser objetivo e não
213 fugir do assunto. A **Conselheira Edymar Fernandes** solicita que seja feito um planejamento
214 do projeto piloto e, pede que as entidades que compõem o Conselho se mobilizem para
215 realização do projeto. A **Senhora Maria Tereza** requer que seja marcado uma reunião
216 extraordinária para tratar do projeto piloto. A **Conselheira Edymar Fernandes** indaga se na
217 planilha de custos foi contabilizado gastos com divulgação, como panfletos, banner, faixas,
218 equipamentos para reuniões e materiais de escritório. A **Senhora Maria Tereza** responde que
219 ainda não foi contabilizado, mas que irá detalhar todos os possíveis gastos que irão compor o
220 valor final. Os presentes debatem qual conjunto seria visitado para o projeto piloto, pensando
221 entre o Conjunto habitacional Tarsila do Amaral ou Ramez Tebet. A **Senhora Maria do**
222 **Carmo** comenta que o Tarsila do Amaral poderia não ser interessante para obter os dados de
223 amostra, pois diversas famílias entraram com ação contra a AGEHAB. Explica que todas as
224 casas deram uma trinca em determinado local, não sendo trinca na estrutura, e que na época
225 foi feito um reforço. E como após o ocorrido essas famílias entraram com uma ação, elas
226 podem utilizar o momento da pesquisa para fazer reclamações, o que causaria defasagem na
227 análise para o projeto piloto. Propõe que seja definido o Ramez Tebet. A **Senhora Maria do**
228 **Carmo** diz que em relação aos servidores da AGEHAB que trabalham no Conselho até
229 poderiam viajar para duas ou três cidades, mas, que não seria atribuição deles esse serviço e
230 teria que ser analisado com mais cautela. Em seguida solicita que seja marcado uma data
231 para realizar o projeto piloto. A **Conselheira Gisela Fernandes** pergunta se já houve algum

232 caso em que a unidade habitacional retornou para a AGEHAB. A **Senhora Maria do Carmo**
 233 diz que existem diversos processos de retomada, mas, a justiça nesses casos é lenta e houve
 234 apenas 2 casos até o momento. A **Conselheira Gisela Fernandes** fala que sempre é
 235 questionada se existe a possibilidade de pessoas adquirirem as unidades retomadas. A
 236 **Senhora Maria do Carmo** explica que quando há casos de retomada de unidade
 237 habitacional, não é aberto uma nova seleção e sim, busca através da defensoria pública, uma
 238 recomendação de família que esteja necessitando. Em seguida a **Senhora Maria do Carmo**
 239 explica que tem alguns itens que não estão na pauta e precisam ser tratados com os
 240 Conselheiros. O primeiro item foi a **aprovação de 66 lotes urbanizados no município de**
 241 **Terenos, no valor de R\$ 863.441,24, porém, será realizado apenas 32 lotes urbanizados**
 242 **no ano de 2019, no valor total de R\$ 425.506,00. Em 2020, quando iniciar a construção**
 243 **dos outros lotes urbanizados, será trazido novamente ao Conselho para aprovação.** A
 244 **Conselheira Gisela Fernandes** pergunta se com a redução de lotes urbanizados em
 245 Terenos, o recurso que não foi utilizado retornará para o Fundo. A **Senhora Maria do Carmo**
 246 responde que todo recurso retorna para o Fundo. **Os Conselheiros que assinaram a lista**
 247 **de presença, ficaram cientes da reprogramação do município de Terenos e aprovaram.**
 248 Prosseguindo, o **segundo item é uma solicitação para autorizar o acréscimo de R\$**
 249 **40.000,00 para obras de moradia precária no município de Taquarussú. Os**
 250 **Conselheiros que assinaram a lista de presença aprovaram. O terceiro item seria a**
 251 **solicitação de recursos para conclusão de obras que estavam previstas para serem**
 252 **executadas com recursos do FGTS.** A **Senhora Maria do Carmo** comenta que o tesouro
 253 não está tendo recursos para conclusão das obras, e caso seja necessário, gostaria de utilizar
 254 recurso do FEHIS para finaliza-las. Abaixo tabela detalhando o número de unidades e
 255 recursos necessário.

PREVISÃO DE CONTRATAÇÃO DO FGTS COM TROCA DE FONTE DE RECURSOS DO TESOIRO PARA FEHIS				
FGTS	Aparecida do Taboado	Residencial Tia Chica Etapa 1	36	270.000,00
FGTS	Aparecida do Taboado	Residencial Tia Chica Etapa 2	13	97.500,00
FGTS	Dois Irmãos do Buriti	Loteamento Jardim Aeroporto	40	300.000,00
FGTS	Jardim 1A ETAPA	Res. Jardim Bela Vista	58	435.000,00
FGTS	Jardim 2ª Etapa	Res. Portal Sul	42	315.000,00
FGTS	Ribas do Rio Pardo - Novo - 1ª Etapa	Santa Emília I - Parque Estoril IV	40	300.000,00
FGTS	Ribas do Rio Pardo - Novo - 2ª Etapa	Santa Emília II - Parque Estoril IV	36	270.000,00
FGTS	São Gabriel 3ª ETAPA	Loteamento Fênix etapa 3	58	435.000,00
FGTS	Itaporã	Res. Manoel Joaquim da Silva	50	375.000,00

256 Não houve contestação. **Os Conselheiros que assinaram a lista de presença, aprovaram**
 257 **as solicitações.** A **Senhora Maria do Carmo** passa para sugestão de pauta para a próxima
 258 reunião, ficando para ser definida posteriormente. Nada mais a ser tratado, o **Senhora Maria**
 259 **do Carmo** encerrou a reunião as 16:00 horas. Ata redigida por **César Magalhães** e revisada
 260 **por Tânia Marques.**